

KUPFER, D. O Consenso de Pequim. *Valor Econômico*, Rio de Janeiro, 11/07/2016.
Disponível em: <https://valor.globo.com/opiniao/coluna/o-consenso-de-pequim.ghtml>

O Consenso de Pequim

11/07/2016

Qualquer um que se debruce sobre documentos oficiais divulgados pelas autoridades chinesas dificilmente deixará de se surpreender com conceitos que, por mais bem traduzidos que sejam, parecem verdadeiros enigmas. Um deles, já pisado e repisado, é a idéia de “economia socialista de mercado” frequentemente utilizada para descrever o modelo de organização social do país, seja lá o que isso possa significar em termos práticos. Pois bem, o 13º. Plano Quinquenal chinês, lançado em março último, e que guiará os caminhos do país até 2020, está longe de constituir exceção.

O diagnóstico de base do Plano é de que a China vive um “novo normal”, no qual as taxas de crescimento de dois dígitos, não somente ficaram no passado, como não se deve buscar reeditá-las. A China já fez a transição para uma economia de consumo, haja vista que esse já supera o investimento em termos de participação no PIB, já tem um setor serviços mais representativo do que a indústria na geração de valor e já conta com uma população urbana superior à rural. Os motores do crescimento de antes, que eram terra, mão de obra e investimento perderam intensidade e, ademais, entende-se que é hora de reduzir o hiato de desenvolvimento que se acumulou entre cidade e campo assim como os problemas de poluição do ar e da água trazidos pelo ritmo frenético da expansão anterior. Adicionalmente, a economia mundial tampouco superou os efeitos da crise financeira de 2008 e há o entendimento de que, diante da revolução tecnológica em curso (manufatura avançada, internet) a China precisa se preparar para assumir uma posição de liderança nas novas cadeias de produção globais que dela decorrerão.

Por essas razões, o 13º Plano justifica o seu objetivo de consolidar a China como uma “sociedade moderadamente próspera em geral”. Significa alcançar um crescimento de 6,5% a

7,0% a.a, ritmo avaliado como mais propício para se buscar uma qualidade de crescimento diferente – e melhor – do que a anterior e ainda assim suficiente para permitir a duplicação da renda nacional em dez anos.

Essa melhor qualidade de crescimento é ancorado em cinco conceitos de desenvolvimento: 1- “Inovador”, que prevê a criação de novos motores internos de crescimento baseados na inovação; 2- “Coordenado”, que significa buscar reduzir as disparidades regionais, e aprofundar o processo de reformas nas cidades e nas aldeias; 3- “Verde” (Sustentável), que contempla o ciclo completo de vida dos produtos, a melhora da infra-estrutura básica e a implantação de uma indústria eco-eficiente; 4- “Aberto”, que prioriza o aumento da integração internacional da economia chinesa, tanto na atração de investimentos externos quanto na internacionalização das empresas chinesas; e 5- “Compartilhado”, que mira na redução das desigualdades de renda, no maior acesso de todos a saúde e educação e outros objetivos de inclusão social.

Dentre essa multiplicidade de objetivos, é possível afirmar que a essência do 13º Plano está assentada no conceito de Desenvolvimento Inovador. E esse se refere não somente a dimensão tecnológica, mas também a inovações institucionais e culturais. Na dimensão tecnológica, a ênfase é na mudança da estrutura produtiva na direção do aumento do peso da manufatura avançada, digitalização, “ciberização” e “smartização” e também da promoção de indústrias emergentes estratégicas (bio, nano, aeroespacial e diversas outras tecnologias de ponta), além de integrá-las com o setor de serviços e, especialmente, potencializar o comércio eletrônico intra e extra-fronteiras. A meta é levar a participação dos serviços no PIB dos atuais 50,6% em valor (dado de 2015) e 40,6% em pessoal ocupado (dado de 2014) para 56% e 46,6%, respectivamente, em 2020.

A linha geral é de modernização acelerada, inclusive e centralmente na biotecnologia e mecanização na agricultura, energias renováveis e outras atividades tidas como pilares da nova economia. As ações voltadas para a área de ciência e tecnologia também são de grande vulto, sendo a mais marcante a ênfase crescente em pesquisa básica visando elevar a China à condição de potência mundial em 2050.

Já as inúmeras inovações institucionais que constam dos 13º. Plano visam reforçar os direitos de propriedade, incentivar o capital privado, favorecer o empreendedorismo individual, enfim, uma família de reformas com a finalidade declarada de fortalecer os

mecanismos de alocação orientados pelo mercado. À primeira vista, pode parecer que a China tenha optado pela adoção do “market friendly approach” formulado pelo Banco Mundial ainda nos anos 1980 e que está na base do ideário de reformas do Consenso de Washington.

No entanto, o 13º Plano também enfatiza a necessidade de uma profunda reforma administrativa do setor público a ser perseguida com o objetivo de incrementar a eficiência dos órgãos de governo, em todas as esferas, de modo a assegurar uma elevada capacidade de supervisão e controle do funcionamento do mercado, mencionada como a “mão invisível do governo”. E na China, dadas as idiossincrasias do seu sistema político, a partir do momento em que se define o caminho, a coesão e a capacidade de coordenação de governo asseguram que ele será em grande parte trilhado. O que vale mesmo é o Consenso de Pequim.